

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO**1. DO OBJETO**

Aquisição de material de limpeza para atender às necessidades da Clínica de Repouso Santa Lúcia, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Saúde;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico via Sistema de Registro de Preços - Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93; Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar 123/06 e Decreto Municipal nº 599 de 03 de junho de 2020, via Registro de Preços
1.4	Período:	180 dias;
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

CATMAT	ITEM	ESPECIFICAÇÃO:	UNIDADE	QUANT.
299605	1	ÁGUA SANITÁRIA - 01 LITRO - Uso doméstico, a base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0 a 2,5 % p/p. Embalagem plástica contendo 01 litro, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no MS/ANVISA	LITRO	1260
429961	2	Álcool Gel antisséptico 70% com válvula pump – para substituição de totem ou uso em mesa, frasco 400ML. Especificação: Álcool gel antisséptico a 70%, recomendado para higienização de mãos e superfícies. Certificado inmetro e norma abnt nbr 5991. Embalagem: Plástica de 400ML, contendo o nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	CAIXA	60
318251	3	Avental emborrachado impermeável (Tamanho M)	UNID.	120
229900	4	BALDE- com sistema de 2 águas com divisória para 18 e 12 litros, espremedor com pressão superior, dreno de escoamento de água suja e rodízios para facilitar o deslocamento; Compatível com o carrinho da marca Braslimp, existente.	UNID.	30
443425	5	Cabo ergonômico de alumínio, fosco com rosca, 22mm de diâmetro, 320 gramas com cinta, haste americana; Compatível com o carrinho Braslimp existente. Acompanha trava para refis	UNID.	27



363482	6	Caixa coletora de material perfurocortante 13 litros (descarpack).	UNID.	20
458038	7	CESTO P/LIXO C/ TAMPA E PEDAL - Formato retangular c/cantos arredondados; Não Vazado; Capacidade 36 lts; Em polipropileno; Cor branca; Paredes e fundos reforçados; Resistente à impactos; O produto deverá ter etiqueta com a identificação, marca do fabricante e capacidade.	UNID.	30
437153	8	CLORO - GALÃO 05 LITROS - Hipoclorito de sódio 4,0 a 4,5% P.P. Com registro no Min. Saúde / ANVISA.	GALÃO	384
232730	9	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 100 ML - CX C/ 2.000 UNID.	CAIXA	10
417219	10	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 200 ML - CX.C/ 2.500 UNID.	CAIXA	42
407784	11	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 50 ML - CX. C/ 5.000 UNID.	CAIXA	5
386806	12	DETERGENTE - 500 ML – Detergente líquido; Neutro; Biodegradável; Testado dermatologicamente; Com registro no Min.Saúde/ ANVISA.	FRASCO	500
241711	13	DESENTUPIDOR DE VASO SANITÁRIO	UNID.	10
408649	14	DESINFETANTE PINHO – FR. 500 ML – Especificação: Desinfetante líquido, fragrancia de pinho, com ação bactericida e germicida, para limpeza, uso geral; Embalagem plástica contendo 500ml, contendo o nome do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação no Ministério da Saúde/ ANVISA.	FRASCO	380
469570	15	DISPENSER de sabonete líquido ou alcool gel de parede para ambiente hospitalar na cor branca, com capacidade para refil de 800 ml, medindo 13cm de altura, 13 cm de largura e 28cm de profundidade; Modelo na cor clara em plástico de alta resistência e de fácil limpeza.	UNID.	60
328396	16	ESPONJA DE AÇO 60 gr C/ 8 UNID P/ LIMPEZA - FARDO C/ 140 Pcts - Esponja biodegradável; Sem perfume; Pacotes com peso mínimo de 60g.	FARDO	3
318923	17	ESPONJA DUPLA FACE P/ LIMPEZA - Esponja sintética para limpeza com espuma em poliuretano; Com abrasivo em uma das faces; Tipo dupla face; Antibacteriana.	UNID.	180
300142	18	FLANELA P/ LIMPEZA - 100% algodão, bordas overloqueadas em linhas de algodão, dimensões de 40 x 45cm, com variação de até -2 cm.	UNID.	60
304403	19	GUARDANAPO DE PAPEL TAM. 20 x 20 CM – BRANCO – PCT C/ 100 UNID.	PCT	100
307513	20	Lustra móveis – FR. 200ml. Composição à base de cera natural e silicone.	FRASCO	30
450516	21	LUVA P/LIMPEZA FORRADA C/PALMA ANTIDERRAPANTE TAM.“G”-AMARELO	PAR	90
450516	22	LUVA P/LIMPEZA FORRADA C/PALMA ANTIDERRAPANTE TAM.“M”-AMARELO	PAR	100
419358	23	PÁ PARA LIXO ARTICULADA CABO LONGO - Cabo de madeira, Base confeccionada em aço galvanizado medindo aprox. 20cm; Cabo de aluminio medindo aprox. 60cm.	UNID.	18



425748	24	PANO CHÃO ALVEJADO -Pano chão, tipo saco;100% Algodão; Alvejado; Bordas com acabamento em overlock; Dimensões 70x50 cm e peso 100g, com variação de +/- 5%. Etiqueta com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	UNID.	340
380236	25	PANO MULTIUSO PICOTADO-BOBINA DE 30 cm X 300M (TIPO PERFEX)	BOBINA	18
424890	26	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - P/ uso em dispensador de papel; 02(duas) dobras; Tam. 23 x 21cm; Branco; Sem odor; Não reciclado; Embalagem c/ 1.000 Folhas, apresentando o nome do fabricante, a marca e as dimensões.	PCT	84
406827	27	PAPEL TOALHA para uso em cozinha; Tam. 22x19 cm; 60 folhas; Cor Branca; Folha Simples; Boa absorção de gordura e outros; Sem odor; Não reciclado; Picotado; Embalagem apresentando o nome do fabricante, a marca e dimensões.	UND	84
287791	28	Pasta saponácea – Pote 500g – Pasta rosa desengraxante; Embalagem: pote de 500 gramas, contendo nome do fabricante ou marca, data de fabricação, prazo de validade e número do lote; Registro ou notificação no Ministério da Saúde/ANVISA.	POTE	75
372080	29	REFIS MOPS LÍQUIDOS COMPOSIÇÃO: 85 % ALGODÃO E 15% POLIÉSTER, 320G, INDICADOS PARA LIMPEZA HOSPITALAR, ABSORÇÃO E ALTO PODER PARA RETIRAR LÍQUIDOS. ABSORÇÃO E REMOÇÃO DE SUJIDADES. ACEITÁVEL VARIAÇÃO DE ATÉ 5%. COR: AMARELO	UND	9
372080	30	REFIS MOPS LÍQUIDOS COMPOSIÇÃO: 85 % ALGODÃO E 15% POLIÉSTER, 320G, INDICADOS PARA LIMPEZA HOSPITALAR, ABSORÇÃO E ALTO PODER PARA RETIRAR LÍQUIDOS. ABSORÇÃO E REMOÇÃO DE SUJIDADES. ACEITÁVEL VARIAÇÃO DE ATÉ 5%. COR: BRANCO	UND	9
372080	31	REFIS MOPS LÍQUIDOS COMPOSIÇÃO: 85 % ALGODÃO E 15% POLIÉSTER, 320G, INDICADOS PARA LIMPEZA HOSPITALAR, ABSORÇÃO E ALTO PODER PARA RETIRAR LÍQUIDOS. ABSORÇÃO E REMOÇÃO DE SUJIDADES. ACEITÁVEL VARIAÇÃO DE ATÉ 5%. COR: VERMELHO	UND	9
449822	32	RODO Twister, 48 cm de largura, corpo de alumínio e borracha com canto vivo que permite recolher sujidades sólidas e líquidos.	UND	10
254879	33	SABÃO DE COCO - BARRA 200G - a base de óleo de coco. Embalagem: pacote contendo 5 unidades.de 200 g ou embalado individualmente, totalizando 1 kg, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Min. da Saúde / ANVISA.	UND	350
436764	34	SABÃO EM PÓ – cx 01 kg – Especificação: Com tensoativo biodegradável, contendo na composição água, corante e branqueador optico; Embalagem: caixa com 1000 g, com dados do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e composição química. O produto deverá ter registro ou notificação no Ministério da saúde/ANVISA.	CAIXA	60
405155	35	Sabonete refil líquido 800 ml uso hospitalar, ph neutro, leve perfume de erva doce.	UND	350



412492	36	SACO PLÁSTICO BRANCO P/LIXO HOSPITALAR 100 LITROS - PCT C/ 100 UNID. - Saco plástico para lixo, para acondicionamento de resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde, classe II, na cor branca leitosa. Deve constar em cada saco individualmente a identificação do fabricante por seu CNPJ, capacidade nominal em litros e quilogramas e o símbolo de substância infectante, devidamente centralizado, conforme normas ABNT vigentes, com a inscrição RESÍDUO INFECTANTE.	PCT	36
375948	37	SACO PLÁSTICO BRANCO P/LIXO HOSPITALAR 200 LITROS - PCT 100 UNID. - Saco plástico para lixo, para acondicionamento de resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde, classe II, na cor branca leitosa. Embalagem: Pacote com 100 unidades. Deve constar em cada saco individualmente a identificação do fabricante por seu CNPJ, capacidade nominal em litros e quilogramas e o símbolo de substância infectante, devidamente centralizado, conforme normas ABNT vigentes, com a inscrição RESÍDUO INFECTANTE.	PCT	20
470832	38	SACO PLÁSTICO PRETO P/ LIXO - 60 LITROS - PCT C/ 100 UNID. - Saco plástico para lixo, para acondicionamento de resíduos domiciliares (resíduos geral), classe I, na cor preta. Embalagem: pacote com 100 unidades. A embalagem deverá informar dimensão do saco.	PCT	60
470833	39	SACO PLÁSTICO PRETO P/LIXO 100 LITROS - PCT C/ 100 UNID. - Saco plástico para lixo, para acondicionamento de resíduos domiciliares (resíduos geral), classe I, na cor PRETA. Embalagem: pacote com 100 unidades. A embalagem deverá informar dimensão do saco.	PCT	60
226095	40	SACO PLÁSTICO PRETO P/LIXO 200 LITROS - PCT C/ 100 UNID. - Saco plástico para lixo, para acondicionamento de resíduos domiciliares (resíduos geral), na cor PRETA. Embalagem: pacote com 100 unidades. A embalagem deverá informar dimensão do saco.	PCT	60
406214	41	Vassoura com cabo/base de plástico resistente, cerdas de nylon	UND	30
318938	42	VASSOURA GARI - Cerdas em piaçava, base retangular em madeira largura 400 mm, com 42 furos, cabo em madeira fixado no centro da base, comprimento 1200 mm, variação dimensional de +/- 5%.	UND	20
278323	43	VASSOURINHA EM PIAÇAVA P/ BANHEIRO - Vassourinha p/limpeza com cerdas de nylon para limpeza em geral, cabo em plástico medindo 17cm aproximadamente, com estojo.	UND	30
325834	44	TAMPA DESCARTÁVEL PARA COPOS DE 100 ML (CX COM 40 PCT C/50 UNIDADES)	CAIXA	5

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição dos itens acima elencados atenderá às necessidades da Clínica Santa Lúcia. Os mesmos garantirão ao usuário da clínica, o direito a frequentar a unidade com condições mínimas de salubridade com condições higiênicas em cumprimento aos ditames e princípios constitucionais à população friburguense.

Diante da publicação do Decreto Municipal número 995 de 14 de Maio de 2021, a Secretaria Municipal de Saúde no intuito de garantir que a intervenção administrativa junto à clínica atenda a todos os requisitos mínimos de infraestrutura, e de preservar os direitos da população, fez-se necessária a aquisição dos itens de limpeza e higiene.

A aquisição de material de limpeza se dá de forma a corroborar o acima exposto, pois é impossível a manutenção dos espaços sem o material necessário. Há de se esclarecer que a estimativa da aquisição dos materiais foi elaborada tendo como base a demanda de outras unidades, devido se tratar da primeira aquisição para a referida e não havendo uma série histórica de consumo.

3.1 Tal aquisição irá suprir a demanda da Clínica Santa Lúcia pelo período de 180(cento e oitenta) dias e será procedida via **Sistema de Registro de Preços**

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública. No caso de empresas em Recuperação Judicial, as mesmas poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei nº 11.101/2005).

4.2 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.3 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DO PAGAMENTO

5.1 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

5.1.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta dos elementos de despesa e fontes de recurso da Secretaria Municipal de Saúde, relacionados abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: 3001.1030200872327	CÓDIGO DE DESPESA: 339030 – 04	FONTE: 07
--	--------------------------------	-----------

5.2 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão e o pagamento será efetuado em consonância ao disposto no Decreto Municipal nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões, abaixo listadas, estejam dentro da validade:

5.2.1 Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

5.2.2 Certificado de Regularidade do FGTS;

5.2.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

5.2.4 CND – Certidão de Nada Consta (junto a Receita Estadual);

5.2.5 Certidão Negativa da Dívida Ativa (Procuradoria Geral do Estado);

5.2.6 Certidão Negativa de Débitos Municipais.

5.3 A nota fiscal deverá conter a identificação do banco, número da agência e conta corrente para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

5.4 Na ocorrência de rejeição da (s) nota (s) fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

6. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

6.1 Antes da adjudicação, o Setor de Infraestrutura, se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produtos ofertados(s), a fim de garantir a sua qualidade.

6.2 A amostra será dispensada contanto que a empresa vencedora atenda as especificações do objeto, quanto ao desempenho e qualidade, prevalecendo os requisitos exigidos neste termo de referencia. Solicitamos o envio de folder ou catalogo contendo fotos e marcas que compõe as especificações da empresa vencedora do pleito

6.3 O prazo para apresentação da(s) amostra(s)/e ou catalogo será de 05 (cinco) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo Pregoeiro durante a sessão pública do Pregão Eletrônico.

6.4 A área técnica comunicará ao Pregoeiro se a amostra/catálogo foi aprovada ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

7.1 O fornecimento será efetuado conforme determinados pelo setor de Gerência de Saúde Mental, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta dias), contados do recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço:

Av. Walter Machado Thedin, Km 72 - Mury, Nova Friburgo/RJ, 28615-315

HORÁRIO PARA ENTREGA E DESCARGA:

De 09:00 até às 16 horas - De segunda a sexta-feira

7.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TERMO DE REFERÊNCIA e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

8.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

8.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

8.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

8.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

8.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

9.1.1 Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhados da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

9.1.2 Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior,

circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência.

9.1.3 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada; (quando for o caso)

9.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.5 Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, á sua custa e risco, num prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrente de culpa da empresa fornecedora na entrega do material e dentro das especificações do fabricante.

9.1.6 Apresentar, como forma de comprovação da garantia mencionada no subitem anterior, certificado de garantia do fabricante e/ou documento similar (No caso de apresentarem defeitos e, conseqüentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega).

9.1.7 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.8 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.9 Efetuar os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato por sua conta, na forma do art. 75 da Lei 8666/93 com as alterações da Lei 8883/94.

9.1.10 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, para representá-la na execução do Contrato;

9.1.11 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

9.1.12 Promover a entrega dos bens no prazo, local e condições propostas neste termo de referência/ contrato, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;

9.1.13 Observar para que o transporte seja ele de que tipo for, as normas adequadas relativas à embalagens, volumes, etc.;

9.1.14 Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, gerais, descritas neste termo de referência;

9.1.15 Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da CONTRATANTE;

9.1.16 Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas à CONTRATANTE em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;

9.1.17 O ônus de correção de defeitos apresentados pelos produtos ou substituição dos mesmos serão suportados exclusivamente pela contratada.

9.1.18 A aceitação definitiva não exclui a responsabilidade da contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

9.1.19 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

9.1.20 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Saúde;

10 MEDIDAS ACAUTELADORAS

10.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

11 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12 CONTROLE DA EXECUÇÃO

12.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2 Os funcionários responsáveis pelo recebimento do material e sua conferência serão: Fernanda Neves da Veiga Pacheco, matrícula nº62640 na função de Gestor; Ceres Lourenço Teixeira, matrícula nº62103 como Gestor substituto. Anderson Vellozzo do Nascimento , Matrícula 62100, na função de Fiscal, Emanuelli Machado Mariano Lopes, matrícula nº62103, na função de Fiscal substituto.

12.3 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-

responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5 O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13 DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

13.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setor DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

14.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não mantiver a proposta;

- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

14.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

14.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

14.3.1 Advertência;

14.3.2 Multa:

- compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

- compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

- moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

- moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

14.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

14.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

14.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

14.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

15 DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

16 DA RESCISÃO

16.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Saúde o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

16.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

16.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Saúde;

16.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

16.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 09 de Agosto de 2021.



FOLHA:_____

Página 16 de 16